



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO  
CURSO DE PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**YONÁ FERREIRA DO NASCIMENTO**

**CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO  
ORIENTADORES DO CURRÍCULO E DO PPP: O QUE PENSAM OS/AS  
PROFESSORES/AS DA ESCOLA?**

**JOÃO PESSOA  
2020**

YONÁ FERREIRA DO NASCIMENTO

**CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO  
ORIENTADORES DO CURRÍCULO E DO PPP: O QUE PENSAM OS/AS  
PROFESSORES/AS?**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como  
requisito obrigatório para obtenção do título de  
Licenciada em Pedagogia Educação do Campo.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Célia Silva Menezes

JOÃO PESSOA  
2020

**Catalogação na publicação Seção de Catalogação  
e Classificação**

N244c Nascimento, Yona Ferreira do.

Concepções, Princípios e Fundamentos da Educação do  
Campo como orientadores do currículo e do PPP: O que  
pensam os/as professores/as? / Yona Ferreira do  
Nascimento. - João Pessoa, 2020.

54 f.

Orientação: Ana Célia Silva Menezes,  
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Currículo. 2. Educação do Campo. 3. Projeto Político  
Pedagógico. I. Menezes, Ana Célia Silva. II. . III.  
Título.

UFPB/BC

YONÁ FERREIRA DO NASCIMENTO

**CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DO  
CAMPO COMO ORIENTADORES DO CURRÍCULO E DO PPP: O QUE  
PENSAM OS/AS PROFESSORES/AS?**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à banca examinadora do  
Curso de Pedagogia do Campo da  
Universidade Federal da Paraíba –  
UFPB, em cumprimento às exigências  
para obtenção do título de Licenciada  
em Pedagogia Educação do Campo.

Data de aprovação: 17/04/2020

**BANCA EXAMINADORA**



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Célia Silva Menezes UFPB - Orientadora



Prof.<sup>ts</sup>. Dr.<sup>as</sup> Ana Paula Romão de Souza Ferreira UFPB - Examinadora

Prof.<sup>ts</sup>. Dr.<sup>as</sup> Gislaine da Nóbrega Chaves UFPB - Examinadora

*Dedico esse trabalho a minha mãe, meu pai, minha irmã, por todo o incentivo que me deram durante os cinco anos no curso de Pedagogia do Campo.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças, sabedoria e paciência.

A esta Universidade, a UFPB me deu ferramentas necessárias para chegar ao final deste ciclo, proporcionou grandes experiências onde aprendi muita coisa, expandi minha mente, aticei minha criticidade, fiz amigos e que pretendo retornar em breve.

Agradeço também os ensinamentos de todo corpo docente do curso de Pedagogia do Campo, especialmente a minha querida orientadora Ana Célia que me deu suporte não só neste trabalho, mas em vários outros, obrigada por todos os ensinamentos e disposição em me ajudar.

A minha família, amigos e colegas por todo incentivo, por terem me escutado com paciência, por terem chorado e sorrido comigo durante esses cinco anos de curso.

A todos da Escola Odilon Ribeiro Coutinho, que em tão pouco tempo me ajudaram durante a pesquisa e obtenção dos dados, me deixando à vontade e me recebendo de braços abertos.

Por fim, sou grata a todos que contribuíram direta e indiretamente na minha formação e que me ajudaram chegar até aqui.

## RESUMO

Este trabalho apresenta como tema central o pensamento dos professores sobre concepções, princípios e fundamentos da Educação do Campo como orientadores do currículo e do Projeto Político Pedagógico da Escola do Campo. Nossa pesquisa parte da seguinte questão: Qual a concepção de Educação do Campo dos professores da escola do campo? Como essa compreensão se materializa no desenvolvimento e na formalização do currículo? A partir dessa questão buscamos compreender a concepção de Educação do Campo dos Professores de uma escola do campo, de modo a inferir como essa compreensão se materializa no Currículo e no Projeto Político Pedagógico da Escola. Como aporte teórico utilizamos Caldart (2012) e Molina (2004) para discutir o conceito de Educação e Escola do Campo; Moreira e Silva (1994) e Menezes (2012) para discutir o conceito de Currículo Contextualizado; Veiga (1998) e Vasconcellos (2002) para a discussão sobre o Projeto Político-Pedagógico. Este trabalho resulta de uma pesquisa de campo, qualitativa, complementada por uma análise documental (PPP) cujos resultados apontaram que: a escola pesquisada demonstra busca e interesse em construir uma Escola do Campo, mas necessita de uma formação consistente e continuada com foco nessa modalidade; os princípios e fundamentos da Educação do Campo aparecem nas falas das entrevistadas e no PPP da Escola de forma muito frágil, pouco consistente e um tanto quanto intuitiva. Por fim ressaltamos que a Educação do Campo nos sistemas públicos de ensino é ainda uma construção num estágio muito inicial; o que requer um esforço conjunto e articulado da sociedade civil e, sobretudo, das instituições de ensino no fortalecimento de uma proposta que vai na contramão da Política Nacional de Educação, atualmente implementada no Brasil.

**Palavras-chave:** Currículo. Educação do Campo. Projeto Político Pedagógico.

## **ABSTRACT**

This work presents as a central theme the teachers' thinking about conceptions, principles and foundations of Rural Education as guiding the curriculum and the Pedagogical Political Project of school field. Our research starts from the following question: What is the conception of Countryside Education for teachers in the countryside school? How does this understanding materialize in the development and formalization of the curriculum? Based on this question, we seek to understand the conception of Teachers' Field Education in a rural school, in order to infer how this understanding materializes in the School's Curriculum and Political Pedagogical Project. As a theoretical contribution, we used Caldart (2012) and Molina (2004) to discuss the concept of Education and Rural School; Moreira e Silva (1994) and Menezes (2012) to discuss the concept of Contextualized Curriculum; Veiga (1998) and Vasconcellos (2002) for the discussion on the Political-Pedagogical Project. This work results from a qualitative field research, complemented by a documentary analysis (PPP) whose results showed that: the researched school shows a search for and interest in building a School of the Countryside but needs a consistent and continuous training focused on this modality; the principles and foundations of Rural Education appear in the interviewees' statements and in the School's PPP in a very fragile, inconsistent and somewhat intuitive way. Finally, we emphasize that Rural Education in public education systems is still a construction at a very early stage; which requires a joint and articulated effort by civil society and especially by educational institutions to strengthen a proposal that goes against the National Education Policy, currently implemented in Brazil.

**Keywords:** Curriculum; Field education; Political Pedagogical Project.



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROBEX – Programa de Bolsas de Extensão

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

## **LISTA DE FIGURAS E QUADRO**

Figura 1: Atual fachada da escola.....	30
Figura 2: Fachada do antigo prédio da escola e ao fundo a chaminé da Usina São João .....	30
Figura 3: Lateral da Escola.....	2931
Quadro 1: Siglas de representação dos Sujeitos e Documentos utilizados na análise.....	30

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E CURRÍCULO .....</b>	<b>15</b>
2.1 CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO .....	15
2.2 CURRÍCULO: ALGUMAS DEFINIÇÕES TEÓRICAS E FUNDAMENTOS LEGAIS .....	20
2.3 CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PRINCÍPIO DA CONTEXTUALIZAÇÃO ..	23
2.4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA COMO MATERIALIDADE DO CURRÍCULO .....	25
<b>3 ITINERÁRIO METODOLÓGICO.....</b>	<b>29</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO E INSTRUMENTOS DA PESQUISA .....	29
3.2 CAMPO DE PESQUISA .....	30
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA .....	32
<b>4 A PESQUISA: ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>33</b>
4.1 CONCEPÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO .....	33
4.2 O CURRÍCULO E O PPP DA ESCOLA DO CAMPO COMO SINALIZADORES DAS ESPECIFICIDADES DE UMA ESCOLA DO CAMPO.....	36
4.3 OUTROS ASPECTOS RELATIVOS À EDUCAÇÃO DO CAMPO .....	38
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>42</b>
<b>APÊNDICE A — ROTEIRO PARA A ENTREVISTA .....</b>	<b>44</b>
<b>ANEXO A — PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Básica é um direito Constitucional garantido pela Emenda Constitucional nº 09/99. Isso inclui a oferta da Educação Básica do Campo como direito de toda população rural. Assim todos os camponeses têm direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade. E a partir de 2010, com o decreto 7.352 a Educação do Campo foi considerada uma modalidade de ensino da Educação Básica. Esta foi uma conquista da luta por uma Educação Básica do Campo, protagonizada pelos movimentos sociais populares que atuam na defesa e promoção dos direitos dessas populações.

No Brasil a Educação ainda é um privilégio de poucos. 47,4% dos brasileiros são excluídos do direito à escola. De acordo com o INEP os índices de retenção e repetência ultrapassou 16% no ensino fundamental em âmbito nacional no ano de 2018<sup>1</sup>. Essa exclusão se torna maior para os sujeitos do Campo.

A discussão sobre a especificidade da Educação do Campo e a relevância de um currículo e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) próprio da Escola do Campo que expresse sua identidade e dialogue com a vida e cultura dos seus sujeitos é uma pauta na agenda do Movimento da Educação do Campo desde seu nascedouro, uma vez que a proposta de Educação do Campo rompe como modelo predominante de educação rural e afirma que um dos seus princípios básicos é um currículo contextualizado que atenda às especificidades dos povos do Campo.

O currículo de uma Escola do Campo merece atenção especial porque é através do Projeto Político-Pedagógico (PPP) que podemos observar como a escola entende a sua função social, como se dão suas práticas e como é pensado um ensino de qualidade. Através dele é que possivelmente conhecemos as peculiaridades de uma escola do e no Campo e, por isso, o PPP exerce um importante papel numa escola.

O presente trabalho de pesquisa versa sobre os princípios e fundamentos da Educação do campo e sua incidência no currículo e Projeto Político-Pedagógico da Escola do Campo. A escolha desse tema está ligada diretamente com uma experiência no projeto de extensão como bolsista PROBEX 2019. Após participar do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) e conhecer algumas escolas do Campo e seu PPP, percebemos o quanto as escolas eram ricas e o

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://spbancarios.com.br/06/2019/pesquisa-do-ibge-mostra-que-educacao-brasileira-ainda-nao-e-para-todos>. Acesso em: 06 de abr de 2020.

quanto uma pesquisa feita com base em uma delas, seria relevante para nosso crescimento profissional, para o curso de Pedagogia do Campo e para a academia como um todo.

Observamos que na década de 2000 o número de estudos relacionados à Educação do Campo, Escola do Campo e Currículo dessas escolas cresceu significativamente. Contudo, faz-se necessário continuarmos investindo em estudos constantes, sobretudo àqueles que dão visibilidade às experiências em âmbito estadual. Além disso, mostrar evidências sobre esta modalidade de ensino e deixá-las como aporte teórico é valioso para o crescimento científico. Nesse sentido, iniciamos nossa pesquisa a partir da seguinte questão: Qual a concepção de Educação do Campo dos professores da escola do campo? Como essa compreensão se materializa no desenvolvimento e na formalização do currículo? É necessário pensar como os princípios e fundamentos da Educação do Campo são contemplados nos documentos de uma escola e nas suas práticas. O currículo da escola é parte fundamental na contribuição da melhoria da qualidade da educação, através dele é planejado e organizado os conteúdos das escolas. No caso da escola do campo orienta-se que esses conteúdos tenham como base questões referentes a cultura campestre, afirmação da identidade dos alunos, cultura local e entre outros.

Como objetivo geral dessa pesquisa buscamos compreender a concepção de Educação do Campo dos Professores de uma escola do campo, de modo a inferir como essa compreensão se materializa no Currículo e no Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP). Como objetivos específicos pretendemos: discutir concepção, princípios e fundamentos da Educação do Campo; refletir sobre currículo contextualizado e problematizar a relação concepção de Educação do Campo dos professores e o currículo desenvolvido pela escola.

Como aporte teórico utilizamos os estudos de Caldart (2012) e Molina (2004) para discutir o conceito de Educação e Escola do Campo; Moreira e Silva (1994) e Menezes (2012) para discutir o conceito de Currículo e Currículo Contextualizado; Veiga (1998) e Vasconcellos (2002) para a discussão sobre o Projeto Político-Pedagógico.

Este trabalho resultou de uma pesquisa de campo, qualitativa complementada por uma análise documental (PPP). Fizemos um estudo de caso, recorrendo à entrevista como instrumento para levantamento de dados junto aos professores.

O resultado da pesquisa realizada está organizado neste presente documento, em cinco capítulos. O primeiro é uma introdução, na qual apresentamos a arquitetura geral da pesquisa: seu tema e relevância, a questão problema, os objetivos, o referencial teórico e a perspectiva metodológica; o segundo capítulo intitulado: Educação do Campo e Currículo, apresentamos algumas definições teóricas e fundamentos legais da Educação do Campo e do currículo, dando especial atenção ao princípio da contextualização; O terceiro capítulo apresenta o

Itinerário Metodológico da pesquisa no qual está a caracterização, instrumento e sujeitos da pesquisa; no quarto capítulo apresentamos a organização dos dados coletados a partir de alguns eixos da pesquisa e a nossa análise desses dados.

Nossa intenção é de que essa pesquisa agregue um contributo às reflexões sobre PPP da Escola do Campo. As concepções, princípios e fundamentos da Educação do Campo são os guias essenciais para a elaboração de uma proposta curricular específica que atenda as especificidades de tal modalidade. Para que isso aconteça, os sujeitos da escola devem ter clareza desses quesitos e de como estes devem estar materializados no currículo e na sua formalização que é o Projeto Político Pedagógico.

O Projeto político pedagógico implica numa dinamicidade que extrapola seu caráter burocrático e somente com dinamismo e participação ele contribui na vida da Escola e da comunidade na qual a instituição escolar está inserida.

## 2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E CURRÍCULO

A modalidade Educação do Campo tem em sua essência algumas especificidades, entre elas, um Currículo diferenciado. Quando nos referimos a diferenciação, estamos falando por exemplo, de um currículo contextualizado, um currículo que seja baseado no modo de vida dos alunos.

Nesse capítulo discutimos a concepção, princípios e fundamentos da Educação do Campo, ao tempo que iniciamos a reflexão sobre aspectos gerais do currículo e adentramos nas especificidades de um currículo da escola do campo.

### 2.1 CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação é um dos princípios dos Direitos Humanos e é dever do Estado garantir acesso e permanência na Educação Básica com ensino público, gratuito de qualidade. No artigo 206 da Constituição Federal de 1988, o ensino será ministrado com base nos princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, 1988)

Através desses incisos compreendemos as demandas no âmbito educacional brasileiro; percebemos que a educação é um direito constitucionalmente assegurado a todos e que através dela é aberto um leque de oportunidades essenciais para o desenvolvimento humano e competências para a vida no geral.

[...]a Educação é um direito humano público subjetivo e inalienável, simultaneamente um fim em si (o direito ao patrimônio da espécie) e um direito-meio indispensável às sociedades, grupos sociais e indivíduos para a consecução dos demais direitos humanos (esse patrimônio propicia recursos cognitivos, emocionais, valorativos etc para a compreensão e intervenção das pessoas nas demais dimensões da vida humana). Assim, configura-se o enraizamento da Educação no coletivo, como apontou o grande mestre Paulo Freire. A sua abrangência, portanto, é a existência humana, o conjunto das experiências vividas. (SILVEIRA, 2007, p.13).

Assim, podemos afirmar que o direito a Educação é a porta para a garantia de outros direitos. Para que os sujeitos tenham conhecimento e acesso aos demais direitos, a Educação é

imprescindível. A Educação garantida por lei é a Básica, ou seja, Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Seu conceito está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

A Educação Básica visa oferecer condições de acesso à cidadania mediante práticas educativas de sistematização dos conhecimentos socialmente acumulados pela humanidade. Tais práticas são formalizadas no âmbito da escola, cuja função primordial é a construção de conhecimentos gerais que permitam aos educandos se apropriarem dos bens culturais historicamente produzidos pela sociedade. A escola constitui-se, portanto, no locus privilegiado de um conjunto de atividades e que, de forma metódica, continuada e sistemática, responde pela formação inicial da pessoa, permitindo-lhe posicionar-se frente ao mundo. As interações sociais que se desenvolvem neste espaço formativo, ajudam crianças e adolescentes a compreenderem-se a si mesmos e aos seus outros sociais, enquanto sujeitos sociais e históricos, produtores de cultura e, assim, oportunizam a construção da base inicial para a vivência efetiva de sua cidadania. (SILVEIRA, 2007, p. 22).

Como indica a própria nomenclatura, a Educação Básica é essencial para o desenvolvimento social, onde os indivíduos têm a oportunidade de desenvolverem suas ideias, seus pensamentos, seus saberes, suas histórias e se constroem como cidadãos frente ao mundo.

Porém, existe um paradoxo; o Estado deve garantir esse direito, não pode negar, mas ao mesmo tempo não prever meios necessários para a garantia desses direitos. É nesse campo de negação de direitos que surge a luta por políticas públicas. Nesse caso pela política pública social de Educação.

É importante retomar aqui que a população rural, sofre historicamente a exclusão educacional. Mesmo quando a educação passou a ser garantida como direito constitucional, o cenário educacional dentro do Estado brasileiro continuou omissa à garantia desse direito. Somente com a constituição de 1988 e a LDB 9394/96 esse direito passou a ter um caráter subjetivo, ou seja, obrigatório e gratuito.

É fato que a educação como direito humano nem sempre foi efetivada e no que toca à garantia do direito à Educação do Campo destacamos alguns aspectos. Educação do Campo nem sempre foi garantida por lei, antes era uma educação de cunho ruralista, que atendia as necessidades dos sujeitos se baseando numa educação urbana. Molina nos explica melhor sobre a educação rural que se opõe totalmente a Educação do Campo.

Historicamente, o conceito educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos. Tinha como pano de fundo um espaço rural visto como inferior, arcaico. Os tímidos programas que ocorreram no Brasil para a educação rural foram pensados e elaborados sem seus sujeitos, sem sua participação, mas prontos para eles. (MOLINA, 2004, n.p.).



A Educação rural constituiu-se como um elemento estratégico num projeto de sociedade em que a população campestre não contava como sujeitos de direito e de desenvolvimento social e humano.

A demanda dos sujeitos do Campo e dos movimentos sociais era contra essa educação rural e a partir daí começou a luta por uma Educação do Campo. A Educação do Campo é uma modalidade de ensino que nasceu das lutas e reivindicações dos Movimentos Sociais. Essa Educação que por volta da década de 1990 ganhou mais visibilidade e através dos movimentos sociais, garantiu alguns avanços na sua legislação.

Caldart (2012) nos explica que o conceito de Educação do Campo surgiu inicialmente em 1998, na Primeira Conferência Nacional por uma Educação do Campo. O Movimento defendia, naquele momento, a *Educação Básica do Campo*. E esse conceito foi amadurecendo nos debates e sendo explicitado nos documentos. Em 2002 com a promulgação das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo esse conceito se consolidou no campo da legislação e foi reafirmado em 2004 na II Conferência Nacional.

O lema formulado na II Conferência Nacional, “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado!”, expressou o entendimento comum possível naquele momento: a luta pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação é específica, necessária e justa, deve se dar no âmbito do espaço público, e o Estado deve ser pressionado para formular políticas que a garantam massivamente, levando à universalização real e não apenas princípio abstrato. (CALDART, 2012, p. 262).

A reivindicação era por uma educação *do* campo, *no* campo e *para* o campo, que levasse em consideração os saberes da terra, uma educação essencialmente dos Camponeses, visando a formação do homem do campo e valorizando o espaço em que vive. A concepção dos movimentos populares sobre Educação do Campo está legalmente instituída de acordo com a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. (BRASIL, 2008).

Toda população rural deve beneficiar-se da Educação do Campo nas etapas citadas acima, não podendo em hipótese alguma ser suprimido o direito a Educação do Campo aos seus

sujeitos. Nosso entendimento é que uma lei por si só não é suficiente para a garantia do direito. Ela é importante pelo caráter legal, mas é necessário que a sociedade a legitime e esse tem sido o investimento contínuo dos movimentos, organizações e grupos populares que lutam e defendem a Educação do Campo. A Educação do Campo como uma política pública ainda está em construção e essa construção se dá coletivamente.

A concepção de Educação do Campo na forma que hoje a compreendemos, e que ainda está em construção, tem sido elaborada coletivamente, aos poucos, no processo dialógico e respeitoso entre os diferentes sujeitos (individuais e coletivos) que fazem esta educação anteriormente à sua teorização. (MENEZES, p. 52, 2012).

Mesmo antes da Educação do Campo surgir como política pública, como direito ou como modalidade de ensino ela já estava sendo construída. Depois de apontarmos um breve conceito de Educação do Campo, queremos discutir aqui alguns dos seus princípios e fundamentos de acordo com sua legislação específica.

O Decreto 7352 de 4 de novembro de 2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, traz no art. 2º os princípios da educação do campo:

- I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- e
- V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

A partir desses princípios podemos observar o quão importante é para a escola do Campo ofertar uma educação que siga esses princípios, principalmente em relação a diversidade na escola, seja ela de gênero, etnia, cultural e entre outras. A escola é um ambiente coletivo, onde a pluralidade é predominante, então é indispensável que durante os processos educativos

essa pluralidade seja levada em consideração e que também seja contemplada no projeto da escola.

Enfatizamos ainda a importância da escola como espaço de construção dos sujeitos do Campo levando em consideração sua própria cultura, seu modo de produzir a vida, suas crenças e valores. Antes de tudo, o sujeito precisa se ver no ambiente educativo, efetivar sua identidade camponesa através de práticas educativas que validem isso.

Os processos educativos devem levar em consideração a(s) cultura(s)/identidade(s) cultural(is) constitutivas dos sujeitos educandos, buscando o entendimento da sua historicidade, sem hierarquização valorativa das suas diferenças, que nada mais é do que uma hierarquização em termos de dignidade. Mediante uma postura compreensiva das diversidades socioculturais, urge propiciar uma aprendizagem de convivência na tolerância, no que significa bem comum aos sujeitos e grupos que compõem as coletividades sociais. (SILVEIRA, 2007, p. 7).

Outro aspecto a salientar é a identidade cultural na qual se evidencia os elementos da(s) cultura(s), do(s) grupo(s) específicos aos quais esses sujeitos estão inseridos. Aqui é relevante considerar nossa ênfase no fato de que temos uma diversidade cultural e por isso falamos em culturas camponesas.

Tendo como suporte alguns fundamentos legais da Educação do Campo, percebemos que a Educação do Campo é regida por sua própria legislação e que isso foi resultado da dedicação dos Movimentos Sociais e de Políticas Públicas de Educação do Campo e que além de tudo, busca a inclusão de sujeitos antes excluídos por modelos vindo da cidade e que onde hoje, graças a essa legislação, tudo foi pensado, desde a organização de tempos e espaços escolares até a formação adequada de professores do Campo. Seus princípios são a base para que a Educação do Campo aconteça. Para que seja considerada Educação do Campo, a escola precisa contemplar alguns desses princípios em seus documentos.

E se tratando de documento, um dos principais documentos de uma escola é o seu Currículo materializado em forma de Projeto Político Pedagógico. Nele estão informações necessárias para nortear o processo educacional, como: organização do trabalho pedagógico, planejamento de conteúdo, atividades curriculares, objetivos a serem alcançados, estratégias, entre outros. Porém, antes de tudo é importante explicitarmos alguns conceitos sobre Currículo escolar.

## 2.2 CURRÍCULO: ALGUMAS DEFINIÇÕES TEÓRICAS E FUNDAMENTOS LEGAIS

O Currículo escolar é uma ferramenta onde as escolas organizam os conteúdos e metodologias utilizados por ela durante o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, é parte da organização da escola, é o norteador para atender as necessidades dos alunos.

De acordo com Moreira e Candau (2006), no currículo estão sistematizados os esforços pedagógicos. O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que atuamos, o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração.

O currículo torna-se projeto curricular quando a escola (ou grupo de escolas servindo uma comunidade) assume o seu conjunto de opções e prioridades de aprendizagem, enquadradas no currículo nacional, delineando e adequando os modos estratégicos específicos de as pôr em prática no seu contexto, com o objetivo de melhorar o nível e a qualidade da aprendizagem dos seus alunos – quando constrói o seu projeto curricular (que é naturalmente o principal conteúdo do seu projeto educativo). (ROLDÃO; ALMEIDA, 2018, p. 37).

O Currículo, na concepção de Roldão e Almeida (2018), ajuda a diferenciar cada escola para que ela responda melhor as características do contexto e maximize as potencialidades específicas.

Os currículos das escolas devem apoiar-se nos documentos nacionais, mas também criar estratégias própria do seu contexto para que favoreçam a qualidade de ensino de um determinado grupo. Portanto, durante a construção do Currículo alguns aspectos devem ser levados em consideração.

[...] privilegiando fatores sociais e culturais, entendendo-os como os mais relevantes para o processo educativo porque implicam também a conquista da autonomia e da cooperação princípios básicos da cidadania, garantindo, ainda o enfrentamento e a solução de problemas, a responsabilidade, a criatividade, a formação de autoconceito, e a vivência da linguagem nos seus vários modos de expressão. (KRAMER, 2013, p. 172).

O ensino nas escolas deve vincular o conhecimento ao modo de vida dos alunos, para que eles se sintam parte do processo de aprendizagem, cumpram objetivos pessoais e se preparem para a vida, tudo isso priorizando o contexto social e cultural dos alunos.

O currículo é representação simbólica, espaço de escolhas, lugar de inclusões ou exclusões. Situando-o em um contexto social e político, o currículo é antes de tudo um campo em que as diferenças produzem resultados, tratamento significados. Reforçando assim, que a concepção dinâmica do currículo só pode ser construída numa relação entre currículo e sociedade. (MENEZES; ARAÚJO, 2007, p.45).

De acordo com Moreira e Silva (1994), o Currículo tem vinculação com as formas específicas e contingentes de organização da sociedade e educação. Ele não é neutro e está implicado em relações de poder.

Nessa perspectiva, o currículo é considerado um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. [...] (MOREIRA; DA SILVA, 1994, p.7).

No que se refere aos fundamentos legais, a LDB/96 nos apresenta elementos valiosos para uma reflexão sobre currículo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 26 e 28 destaca:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996)

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Ao mesmo tempo que a LDB orienta um currículo nacional comum, na educação rural ela também orienta adaptações. Uma das competências Gerais da Educação Básica presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2017).

A citação da BNCC é um dos muitos aspectos contraditórios do documento. Ao tempo que afirma a necessidade de valorizar a diversidade de saberes e vivência culturais, como uma das competências pretendidas, o mesmo documento nega essa diversidade e vivências como aspectos fundamentais na construção do conhecimento, quando coloca na invisibilidade as modalidades da Educação básica, dentre as quais está a Educação do Campo.

No entanto aqui queremos pontuar que as contradições e incoerências do Documento podem ser convertidas em oportunidade para prosseguirmos naquilo que construímos nos últimos anos como princípios e fundamentos da Educação dos povos camponeses. Num outro momento do documento a BNCC defende algumas decisões que caracterizam os currículos em ação. Segue o texto:

São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. Essas decisões, que resultam de um processo de envolvimento e participação das famílias e da comunidade, referem-se, entre outras ações, a: Contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas; [...] (BRASIL, 2017).

Não queremos nos reportar a uma minuciosa reflexão sobre as “às decisões” apontadas no documento, mas tão somente salientar que há brechas na Base que nos permite reivindicar, em nome da autonomia dos sistemas de ensino e em defesa dos contextos e características dos alunos, que os currículos das escolas resultem de um processo efetivo de participação das famílias e da comunidade.

Com isso não podemos minimizar que a BNCC vai na contramão do que o Movimento Nacional de Educação do Campo vem construindo.

Mesmo a BNCC orientando as escolas para a construção do seu próprio currículo, essa discussão vai contra os princípios da Educação do Campo por seu caráter homogeneizante, dessa forma ela não agrega. A BNCC fere a diversidade, já que igualar o currículo não é a melhor estratégia.

Há, nas políticas curriculares recentes, demandas por equidade, por representatividade de “grupos minoritários”, por universalismo epistemológico, por direito ao acesso e a permanência na escola, por profissionalização, entre muitas outras tornadas equivalentes sob a significante qualidade. [...] tendo em vista que a multiplicidade que constitui o social jamais pode ser estancada. (MACEDO, 2014, p. 153).

A variedade social existente no país não se restringe a apenas um tipo de currículo. Freitas (2017) defende que deve existir uma base, mas que ela seja referenciada na diversidade do nosso país, no qual se parte a discussão do que seria uma educação de qualidade. Uma política gerencialista nos levará a privatização das escolas públicas.

BNCC tem por fundamento uma concepção gerencialista autoritária que é dissimulada nesta argumentação de garantir direitos aos mais pobres. A intencionalidade da atual base é padronizar para poder cobrar da escola. Quando dizem que a BNCC garante direitos dos mais pobres, querem de fato significar que agora a escola será penalizada se não ensinar os pobres [...] (FREITAS, 2017, n.p.)

Essa proposta de currículo universal visa uma mudança nas escolas através de uma pressão por meio dos exames nacionais para assim obter resultados, esse caráter gerencialista vem de uma cultura competitiva. Após refletirmos sobre a BNCC, adentramos na relação entre Currículo Contextualizado e Educação do Campo e usando também como suporte à Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002 que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. (BRASIL 2002).

A proposta pedagógica ou o Projeto Político-Pedagógico é a materialização do currículo e por isso é fundamental que desde sua feitura ele contemple as diversidades e os sujeitos do campo. Esse princípio da contextualização somente pode se efetivar mediante a participação ativa dos sujeitos sociais do campo. Em outras palavras, não podemos falar de currículo contextualizado no campo sem a fala desses sujeitos.

## 2.3 CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PRINCÍPIO DA CONTEXTUALIZAÇÃO

A Educação do Campo propõe um currículo contextualizado onde sua cultura, realidade concreta, saberes históricos, crenças, relações e cotidiano sejam considerados importantes e usados como recursos e conteúdos durante a aprendizagem.

A educação do campo nos convida a olhar o currículo na perspectiva da descolonização e valorização das culturas e saberes historicamente silenciados. Este paradigma propõe um currículo que estabeleça o diálogo entre o conhecimento escolar e as possibilidades concretas do meio social no qual a escola se situa. Trata-se da ressignificação da escola e implementação de um currículo que contemple as diferenças e os diversos saberes e conhecimentos populares. Isto é o que chamamos de perspectiva da contextualização. A aproximação entre o conhecimento social e historicamente elaborado e o cotidiano das pessoas, sua realidade concreta exige uma compreensão, uma intervenção e transformação que assegurem a possibilidade de se inventar e de (re)inventar a vida, as relações e a produção material e subjetiva que constituem nossa forma humana de ser. (MENEZES, 2012, p. 53).

A escola é um espaço social, assim, seu Currículo é também um instrumento de expressão da sociedade e reflete a visão que está ao redor das pessoas que participam da sua construção. O Currículo dessa forma, acaba sendo influenciado pelo meio em que está inserido, e isso é um ponto positivo já que os currículos escolares devem atender as especificidades locais, culturais.

Neste sentido entendemos o currículo como um campo político pedagógico no qual as diversas relações — entre os sujeitos, conhecimento e realidade — constroem novos saberes e reconstroem-se a partir dos saberes produzidos. Neste processo dinâmico e dialético, a realidade é o chão sobre o qual o educador e educando constroem seus processos de aprendizagens. (MENEZES; ARAÚJO, 2007, p. 35).

No Currículo não só existe conteúdos, além disso, nele existem questões como a relação entre professores e alunos, cotidiano da escola, questões de classe, etnia e entre outras questões da sociedade num contexto geral.

A educação do campo está necessariamente atrelada ao modelo de Desenvolvimento Social, político e econômico contra-hegemônico; por isso na sua concepção e principalmente no seu processo de materialização todas as outras dimensões sociais e políticas são repensados. Neste processo a educação do campo traz na sua Gênese e na sua maturação compromisso da transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas resgatando e trazendo a cultura local como conteúdo escolar. (MENEZES, 2012, p. 53).

Quando falamos de Desenvolvimento Social nos referimos a melhorias de vida, justiça, melhor dizendo, Direitos Sociais tal como a educação. Na Educação do Campo essa responsabilidade social, deve estar inserido no currículo escolar de forma contextualizada.

De acordo com Fernandes e Figueredo (2012), a contextualização curricular é muito considerável, pois representa uma possibilidade pedagógica para promover a melhoria das aprendizagens dos alunos e, consequentemente, o seu sucesso escolar.

Contextualizar implica estabelecer uma relação dinâmica dialética e dialógica entre o contexto histórico social político e a cultura e o currículo como um todo, concebido como um processo em constante construção que se faz e se refaz. O que se afirma com a contextualização do currículo é que ele seja o veículo, o interlocutor dos saberes locais, como os saberes globais, que seja visto como um campo de transgressões e que permita a possibilidade de criação. (MENEZES; ARAÚJO, 2007, p. 42).

Incorporar os saberes locais no currículo da escola é nutrir o processo de aprendizagem dos alunos permitindo que assim a realidade deles seja vivida e discutida na escola. Isso contribuirá no seu processo como ser humano e cultivará sua identidade.



O currículo contextualizado passa necessariamente pelo rompimento com narrativas vindos de Fora, que desautoriza e nega as construções e saberes locais. [...] A pluralidade, a contradição a complexidade e a flexibilidade são princípios que não somente devem orientar os currículos contextualizados, mas constituem-se como condição básica para que a contextualização supere o risco do reducionismo e engessamento, imprima nos currículos a capacidade atual e necessária de expressão e visibilidade dos conhecimentos e relações dos sujeitos situados num determinado contexto. (MENEZES; ARAÚJO, 2007, p.46).

Decisões como esta precisam serem levadas em conta na hora de organizar os currículos das modalidades de ensino, no nosso caso, nos Currículos das escolas do Campo. Depois que apresentamos alguns conceitos de Currículo, vamos pensar sua articulação com o Projeto Político Pedagógico.

## 2.4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA COMO MATERIALIDADE DO CURRÍCULO

Veiga (1998) nos esclarece de forma sucinta o que seria um Projeto Político Pedagógico e qual seu compromisso na sociedade:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (VEIGA, 1998, p.11).

Desse modo, o projeto político-pedagógico organiza o trabalho pedagógico tanto na escola como na sala de aula. O PPP exerce uma função política, já que é pensado e construído para a formação do cidadão.

Vasconcellos (2002) afirma que o Projeto Político-Pedagógico é antes de tudo um projeto educativo da escola. E por isso, o autor sublinha que deve ser entendido como uma sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo que se aperfeiçoa e se visibiliza no caminhar da escola. “É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade” (VASCONCELLOS, 2002 p.169). Aqui encontramos a intersecção entre Currículo-PPP.

Assim como o Currículo, a construção do PPP deve levar em consideração alguns aspectos, vejamos:

A construção do PPP parte de princípios de igualdade, qualidade, Liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. As bases para esta organização são, sem dúvida os sujeitos envolvidos no processo educativo. [...] Se educador, educandos e

comunidade não ajudam a pensar, planejar e replanejar o processo escolar, provavelmente não ajudarão a realizar, ou a colocar em prática as aspirações pedagógicas dos projetos políticos pedagógicos. [...] (SOUZA, 2008, p. 47).

É importante o envolvimento dos sujeitos que fazem a escola e a comunidade na construção do PPP. Um dos aspectos mais importantes da Educação é a gestão democrática, as escolas devem criar mecanismos que efetivem a participação da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico, assim fica mais fácil de agir na tomada de decisões, solução de problemas durante o processo educativo.

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora. (VEIGA, 1998, p.14).

A participação coletiva é também um exercício de aprendizagem, já que através dela a escola e a comunidade escolar desenvolvem aprendizagens sobre respeito as diferenças, argumentações, diferentes pontos de vista e ideias opostas, ou seja, é um processo educativo também para os educadores e demais participantes.

Ao construir, implementar e avaliar seu projeto, a escola propicia uma educação de qualidade e exerce sua autonomia pedagógica, o que possibilita a ampliação do espaço de decisão e participação da comunidade. (CORDEIRO, SOUSA e ROCHA, 2009, p.61)

Para colocar em prática as propostas e decisões presentes no PPP, a escola deve favorecer o envolvimento de todos, os alunos, pais, educadores e funcionários, porém esses indivíduos não têm ordem de importância, cada um tem seu espaço e isso é fundamental para que aconteça uma participação coletiva e acima de tudo respeitosa.

A sociedade espera que a escola cumpra o seu papel, mas para isso faz se necessário que ela seja atuante, participativa e colabore com a escola nas tomadas de decisões, na elaboração do PPP, na resolução dos problemas, na construção e execução de projetos pedagógicos e avaliações. (CORDEIRO, SOUSA e ROCHA, 2009, p.62)

O PPP não se limita apenas a escola, já que o Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta guia para uma educação de qualidade, ele precisa direcionar seus alunos rumo a uma educação de qualidade, prepara-los para se tornarem cidadãos e conviverem em sociedade.

Para que a escola esteja voltada à formação de reais cidadãos é preciso que ofereça oportunidades aos indivíduos para caminharem junto ao processo do crescimento da escola. Assim é preciso que o PPP seja construído com base na coletividade, onde todos os envolvidos irão contribuir e exercer seu papel como sujeito participativo e atuante nos reais acontecimentos da escola e da sociedade. (CORDEIRO, SOUSA e ROCHA, 2009, p. 60)

Na educação do Campo a coletividade faz parte do cotidiano dos sujeitos do Campo, podemos observar isso através de cooperativas, agricultura familiar e outros aspectos. Na escola não é diferente, um dos pontos positivos presente na escola do Campo é a participação dos sujeitos envolvidos.

Na perspectiva da Educação do Campo, o projeto político pedagógico pressupõe ruptura o atual modelo de educação e de sociedade vigente. Para isso é preciso que a escola faça rupturas na estrutura organizacional e nas suas relações sociais, e possibilite a educação para transformação da sociedade e dos sujeitos envolvidos no e fora do processo escolar. (SOUZA, 2008, p.51).

Um dos primeiros passos para que o PPP de uma escola do Campo rompa paradigmas sociais é se reconhecer como uma escola do Campo, entender seu papel dentro do Movimento e transformar seus sujeitos através da afirmação da própria identidade.

[...] para a Educação do Campo, os educadores assim como os coletivos escolares são sujeitos que devem conhecer profundamente a realidade em que estão inseridos, para ajudar a comunidade e o Movimento a enxergar as contradições, refletir e encontrar soluções. Mais uma razão para que o projeto político pedagógico tenha uma fundamentação teórica, cujo valor e prática seja a coletividade, a organização social, a cooperação, a solidariedade, a terra, o trabalho e as relações sociais. (SOUZA, 2008, p.52).

Para que esse reconhecimento aconteça na escola o Projeto Político dela deve contemplar princípios, fundamentos e concepções de Educação do Campo, para que assim os sujeitos possam compreender onde estão e qual seu lugar na sociedade. A escola também é um espaço de problematização, questionamento e reflexão.

Nesse sentido, o PPP deve levar em conta as experiências educativas dos movimentos sociais do campo e superar a dicotomia entre a escola rural e escola urbana. Para tanto é preciso buscar a visão de totalidade e igualdade social e de respeito às diversidades culturais para que o campo seja uma opção de vida, de trabalho, de desenvolvimento social, de cultura constituída por meio de políticas públicas e de cidadãos sujeitos de direito. (SOUZA,2008, p.52)

Corroborando com Souza, Vasconcellos (2002) afirma que o PPP tem o valor de articular prática e memória do significado da ação. E exatamente por isso ele se insere numa dinâmica efetivamente coletiva que tem como pressuposto a valorização da cultura local, o fortalecimento de identidades e a equidade social.

A questão da equidade implica na associação de igualdade de condições e diversidade de oportunidades. Igualdade no contexto da educação não quer dizer que todos devem apenas aprender os mesmos conteúdos sem levar em consideração as diversidades locais, como na Educação do Campo por exemplo. Igualdade é receber educação de qualidade de acordo com sua realidade, com todos os recursos necessários para que tal educação seja igual, em qualidade, independente da modalidade, garantindo seu acesso e permanência.

### 3 ITINERÁRIO METODOLÓGICO

A metodologia é o caminho percorrido durante um processo para atingir um determinado fim, objetivo. Durante essa trajetória são utilizados instrumentos para a sistematização do fenômeno investigado. Esse percurso ou itinerário no campo científico exige método. Uso adequado de determinados instrumentos e a definição de procedimentos condizentes com o objeto investigado.

Na pesquisa o itinerário metodológico é o conjunto de técnicas utilizados no percurso para a obtenção dos dados, para a análise e para a sistematização dos resultados. Sua importância se dá pelo fato de conduzir, analisar e organizar uma pesquisa, através dela descrevemos o objeto de estudo.

Nesse capítulo iremos informar qual abordagem, quais métodos, e instrumentos utilizamos para a realização da nossa pesquisa, além dos participantes envolvidos na coleta dos dados e o contexto local da investigação.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Utilizamos a abordagem qualitativa, que consiste em um estudo de particularidades de um determinado fenômeno.

Algumas características básicas identificam os estudos denominados “qualitativos”. [...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. (GODOY, 1995, p. 21).

Caracterizamos ainda nossa pesquisa como um estudo de caso, uma vez que o universo da pesquisa foi apenas uma escola e que Godoy (1995) caracteriza este método como um tipo de pesquisa cujo objetivo é uma unidade que se analisa profundamente. Assim, nossa investigação buscou ouvir o maior número possível de sujeitos da escola. O estudo de caso, como método de investigação nos ajudou a responder nossa questão principal.

O Estudo de Caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões “como” e “por que” certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real. (GODOY, 1995, p.26).

Para ouvir nossos sujeitos utilizamos a entrevista semiestruturada. A entrevista é uma forma de interação entre o pesquisador e o investigado, uma das melhores formas de coleta de informações, principalmente na investigação social. Para Gil (2008), uma das vantagens da entrevista é a flexibilidade, o entrevistador pode esclarecer a pergunta, adaptar a pergunta, complementar a pergunta, facilitando o desenvolvimento da entrevista. Na elaboração das perguntas buscamos investigar a visão das entrevistadas sobre como o currículo da escola está amparado ou fundamentado na Educação do Campo.

Depois de coletarmos os dados, todas as entrevistas foram transcritas e organizadas a partir de alguns eixos emergentes do conteúdo identificado.

### 3.2 CAMPO DE PESQUISA

O local de pesquisa foi a Escola Estadual Odilon Ribeiro Coutinho, localizada na zona rural da cidade de Santa Rita a aproximadamente 05 (cinco) quilômetros do centro da cidade.

*Figura 1: Atual fachada da escola*



Fonte: Arquivo pessoal

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Odilon Ribeiro Coutinho iniciou seu trabalho educativo em meados da década de 1960, situando-se em uma área pertencente à Usina São João e atendendo as famílias oriundas de diversas localidades do município. Sendo ainda hoje, frequentada por alunos filhos de trabalhadores da Usina.

*Figura 2: Fachada do antigo prédio da escola e ao fundo a chaminé da Usina São João*



Fonte: Arquivo pessoal

*Figura 3: Lateral da Escola*



Fonte: Arquivo pessoal

Hoje a Escola atende a Educação Básica: Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), os turnos de funcionamento da escola são matutinos e vespertino sendo quatro turmas cada turno. A organização curricular no Ensino Fundamental está estruturada em séries anuais e os conteúdos são distribuídos por disciplinas.

Ao visitar a escola para realização da pesquisa, uma das professoras nos mostrou (superficialmente) a parte física da escola. A escola está em reforma e as salas de aula funcionam num anexo ao lado do antigo prédio até a reforma ser concluída. A escola é pequena e poucos funcionários trabalham nela, durante a visita tivemos contato com apenas 5 (cinco) deles, 3 (três) professoras, 1 (um) porteiro e 1 (uma) merendeira. Talvez por motivos de locomoção os demais não estavam presentes, pois no dia da nossa visita estava bastante chuvoso.

Mesmo sendo uma escola de pequeno porte com poucos funcionários e recursos, se mostrou disposta a contribuir com nossa pesquisa.

### 3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

A escola conta com 11 (onze) professores e 1 (uma) gestora. Inicialmente pensávamos em realizar a pesquisa com professores e gestores, mas a situação de pandemia da COVID-19 e a suspensão das aulas, exatamente no período que retornaríamos à escola, nos obrigou a ouvir apenas os professores. Nesse sentido nossa pesquisa teve como sujeitos as três (3) professoras que atuam no Ensino Fundamental (anos iniciais). Elas têm uma faixa etária de 38 (trinta e oito) a 55 (cinquenta e cinco) anos. Todas graduadas em pedagogia e 2 (duas) delas também tem o curso nível médio de magistério. Duas das entrevistadas têm mais de 10 (dez) anos de profissão. Uma delas morou por muito tempo na região e conhece a maioria das famílias dos alunos atuando nessa escola a 22 (vinte e dois) anos. Essas professoras serão identificadas da seguinte forma:

*Quadro 1: Siglas de representação dos Sujeitos e Documentos utilizados na análise*

Códigos	Sujeitos e Documento
P1	Professora 1
P2	Professora 2
P3	Professora 3
PPP	Projeto Político da Escola Odilon R. Coutinho

Para compreendermos melhor nossa investigação, procuramos ouvir com bastante atenção os sujeitos entrevistados, já que eles foram fundamentais para nossa pesquisa.



## 4 A PESQUISA: ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresentamos os dados coletados durante a realização da pesquisa e nossa análise sobre estes. Este trabalho investigativo buscou responder às seguintes questões: Qual a concepção de Educação do Campo dos professores da escola do campo? Como essa compreensão se materializa no desenvolvimento e na formalização do currículo? Para tanto fomos à escola estadual Odilon Ribeiro Coutinho, situada em área rural e ouvimos as três professoras que trabalham com o Ensino Fundamental (anos iniciais) e complementamos nossa análise com dados informados pelo Projeto Político Pedagógico da Escola. Buscamos assim entender o que pensam essas educadoras sobre a Educação do Campo e seu currículo.

### 4.1 CONCEPÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Um elemento fundamental numa escola do campo é sua concepção sobre Educação do Campo. A escola e os seus sujeitos devem compreender sua função social.

Iniciamos a entrevista perguntando às professoras o que é Educação do Campo e o que ela caracteriza. Obtivemos as seguintes respostas: “É trabalhar com a terra, com o meio ambiente, com os recursos da natureza. Pra mim é isso” (P2). Outra professora deu a seguinte resposta:

É a gente trabalhar o que tem aqui, porque aqui é uma escola do campo no campo, né? Apesar de não ter espaço, era pra gente trabalhar mais com a horta e com a terra, mas não trabalhamos tanto por causa do espaço. (P1)

As respostas das professoras 1 e 2, são parecidas, seguem praticamente a mesma linha de raciocínio, usaram a terra como referência, porém quando fizemos a mesma pergunta à P3, a resposta foi diferente e ela não conseguiu responder diretamente à pergunta, ela fez uma espécie de desabafo sobre a dificuldade enfrentada por ela numa escola do campo. Vejamos:

A escola do campo pra mim seria uma escola mais ‘bem vista’ (do sentido de ser mais valorizada), tendo em vista que por ser uma escola do campo, as coisas são mais difíceis aqui pra gente. Eu esperaria que a escola fosse mais “bem vista” pra que as coisas acontecessem e chegassem mais por aqui, porque em comparação com a escola da cidade, as coisas chegam e evoluem lá muito mais do que aqui. Apesar do método de ensino da gente ser o mesmo, lá chegam benefícios que não chegam na escola do campo, então o que eu queria era mais atenção, mais possibilidades, até mesmo em questão de locomoção que é bem mais difícil pra escola do campo, então o que eu acho é isso. (P3)

As falas das Professoras 1 e 2 confirmam a relação da Educação do campo com a terra. A Terra é parte essencial para os sujeitos do campo, é lugar de luta e sobrevivência.

A terra é um meio de produção peculiar porque não foi construída pelo trabalho humano, mas é essencial na produção de alimentos, na construção de moradias, na criação de animais. É essencial, portanto, à manutenção da vida. Com essa compreensão vamos focalizar a terra, no Brasil, privilegiando mudanças que envolvem o trabalho, na relação entre a produção agrícola e a propriedade fundiária, [...] (RIBEIRO, 2015, p. 271).

As famílias dos alunos da escola são moradores e operários da Companhia Usina São João, porém mesmo assim, elas produzem nas terras da Usina, onde também moram. Alguns além de plantarem o próprio alimento, plantam e vendem em feiras livres da cidade os produtos da terra para complementar a renda da família. Por isso as professoras se referiram à Terra como característica da Educação do Campo e sua importância na vida dos alunos da escola.

No decorrer da entrevista quando perguntamos se na escola tem algo que elas consideram como específico do Campo, a professora 1 respondeu: “Eu acho que não tem. Dizem que antes tinha, porque a escola tinha mais espaço, mas agora não tem mais, agora estamos se resumindo aqui ó (*aponta pro espaço*)”. Ou seja, para ela a falta de espaço físico prejudica na forma como a escola faz Educação do Campo. Durante uma conversa informal, ela relatou que pela a escola está passando por reforma, algumas coisas deixam de serem feitas.

Quando perguntada, a professora 2 respondeu: “Eu acho que já é trabalhado isso que eu já disse, (trabalhar a história de vida, identidade) mas eu vejo também que aqui o povo é muito mais unido e solidário”. Ela percebe essas peculiaridades presentes na escola e sabe também da importância da história e vida dos alunos da escola.

Podemos observar que enquanto uma professora (P1) afirma que pela falta de espaço físico a escola não tem algo específico do Campo, a outra (P2) não concorda, já que trabalhar a vida, diversidade, identidade dos alunos também faz parte da Educação do Campo e destaca a solidariedade e a união durante sua fala que são elementos valiosos e fundamentais na Educação do Campo. Sobre a união podemos destacar um elemento presente no PPP da escola:

A interação família/ escola é necessária para que ambos conheçam as suas realidades, limitações, e, busquem caminhos que permitam facilitar o elo entre si para o sucesso educacional filho/aluno.

Sabe-se que um dos principais problemas enfrentados na atualidade, em nossa sociedade, é a ruptura da interação escola- família, ou seja, ausência dos pais no processo de ensino – aprendizagem de seus filhos, deixando total responsabilidades para a escola. Diga-se que a proposta de trabalho na escola ensino – aprendizagem, busca aprimoramento para entregar uma educação de qualidade para nossos alunos. (PPP, 2019, p. 6)

O Projeto Político-Pedagógico da Escola (p.11) também expressa na base teórica-legal do documento de forma clara os Princípios da Educação do Campo, baseando-se na Resolução

CNE/CEB Nº01/2002 ele destaca que os princípios da Educação do Campo são educação enraizada na democratização do acesso à terra, no desenvolvimento sustentável; fortalecimento da agroecologia, da economia solidária; respeito a diversidade do campo/história, vida, cultura, organização e trabalho, etc.; pensada com a participação de camponeses(as); estreita interação com a realidade da vida do campo — cultura, trabalho, jeito de viver, de conviver no campo.

Ainda sobre o que a escola tem de específico sobre a Educação do Campo a professora 3 complementa o pensamento das outras duas entrevistadas:

Sim, porque a vivência deles é tudo daqui do campo, então, às vezes, quando vamos trabalhar algo diferente eles estranham. Eles são daqui, a família também, são pouquíssimos os casos dos que vêm de lá (da cidade) pra cá. A maioria nasceu aqui, os pais também, o pai trabalha na Usina, sabe? E vem seguindo esse ritmo. Então aqui é como se todo mundo fosse igual, ao mesmo tempo em que são diferentes. (P3)

Um ponto importante destacado por ela é a dificuldade em não se trabalhar com conteúdo fora da realidade, quando é introduzido algo diferente da vivência dos alunos eles “estranham”.

No PPP são apresentadas as concepções de ensino e aprendizagem da escola.

O processo de ensino e aprendizagem é concebido para formar sujeito autônomos, participantes de um mundo que está em constante mudanças, exigindo, sempre posicionamento e reflexão de quem nele atua. Acreditamos que o ensino, deve contribuir para que o aluno construa competências e habilidades a partir dos conhecimentos de diferentes ciências, das atividades e valores, necessários para realizar o seu projeto de vida. Procurando fundamentar a identidade da escola do campo e fortalecer a expressão e o conceito de Educação do Campo, enquanto reação do processo de exclusão social a que foi submetido o povo da área rural no seu direito de ter acesso à educação. (PPP, 2019, p.12).

Ao explicitar sua compreensão acerca do processo de ensino e aprendizagem, o documento da escola nos provoca a pensar com Vasconcellos (2002, p. 101) o movimento: “do conhecimento à realidade”. Esse movimento privilegia o conhecimento como ponto de partida. Ou seja, o acesso ao acúmulo de conhecimentos feitos pela humanidade, pode contribuir para que os sujeitos do campo pensem sua própria realidade e compreendam em profundidade sua condição. Evidentemente, não se trata aqui de qualquer conhecimento, mas daqueles construídos e fundamentados de forma crítica, reflexiva e numa perspectiva contra hegemônica.

O documento explicita que é papel de uma escola do Campo educar pessoas que vivem e trabalham no Campo para se organizarem, lutarem por seus direitos e conquistarem melhorias

de vida e que isso possivelmente será alcançado através do processo de ensino e aprendizagem típicos articulado a sua realidade. Complementando a fala da professora entrevistada:

É preciso ter claro também que a escola do campo é necessária para se cultivar a própria identidade do homem e da mulher do campo e que essa escola do campo pode vir a contribuir no desenvolvimento de estratégias de um projeto educativo socioeconômico desde que esteja contextualizada. (MENEZES, 2012, p.54).

Daí podemos perceber a relevância de um currículo contextualizado numa escola do Campo. Não adianta ensinar para os alunos o que não faz parte da vivência deles, no caso dos alunos dessa escola ou de qualquer outra do Campo, se os professores usarem elementos da própria vivência deles, eles se sentirão mais familiarizados.

#### 4.2 O CURRÍCULO E O PPP DA ESCOLA DO CAMPO COMO SINALIZADORES DAS ESPECIFICIDADES DE UMA ESCOLA DO CAMPO

O currículo é uma parte essencial numa escola, como apresentado por nós anteriormente numa escola do Campo ele é elemento que também caracteriza a Educação do Campo.

Continuamos a entrevista fazendo o seguinte questionamento: Você acha que o currículo da escola do campo precisa ser diferente? Que os conteúdos precisam conter algo específico do campo? P1 respondeu: “Eu acredito que sim, porque nas escolas lá da cidade nós trabalhamos com outra realidade, a realidade de lá é outra comparada com a daqui eu vejo essa diferença”. Diferente dela, a professora 3 respondeu da seguinte forma: “Não, trabalhamos aqui igual as outras escolas, as disciplinas são iguais, tudo bem direitinho, as questões pedagógicas acontecem aqui também, é a mesma coisa”. Essa diferença nas respostas das duas professoras pode ser explicada mais à frente. A resposta da professora 2 novamente foi parecida com a da professora 1, atentemos:

Assim, na educação do campo nós temos que trabalhar essa parte da natureza... agora o currículo somos nós professores quem fazemos, né? A gente é quem tenta fazer diferente, de acordo com a realidade dos alunos, porque na cidade também tem esse trabalho com o meio ambiente, então acho que sim. (P2)

Um ponto importante na fala da professora que podemos destacar é isso: trabalhar com o diferente, mas de acordo com a realidade dos alunos. Relacionando isso com o Currículo, vemos que:

No essencial, diferenciar significa definir percursos e opções curriculares diferentes para situações diversas, que possam potenciar, para cada situação, a consecução por todos das aprendizagens pretendidas. (ROLDÃO; ALMEIDA, 2018, p. 40).

Diferenciar nesse aspecto contribui de forma direta no caminho percorrido refletindo diretamente na finalidade pretendida independentemente das diferentes situações, ou seja, ter uma visão ampla. Assim, perguntamos: O que uma escola do campo deve ensinar? A esta questão, as professoras responderam:

A valorizar o amor pela terra, pela comunidade deles. Trabalhar a identidade deles. Trabalhar a história, porque eu acho que o pessoal do campo é muito discriminado, são tidos como *'coitadinhos'*, *'pobrezinhos'*, *'que não sabem de nada'*, tá entendendo? Eu acho que existe essa discriminação" (P2)

A valorização da Identidade Campesina é um aspecto extremamente importante, como também essa problematização da discriminação e inferiorização dos povos do Campo trazida pela professora entrevistada. Acreditamos que pelo fato dela ter sido moradora da Usina e ter trabalhado por mais de vinte anos na escola, ela tem essa compreensão. Já na resposta da professora 1 ela destacou a importância de explorar outros espaços além dos muros da escola.

Na minha opinião, a trabalhar com eles coisas como o processo da cana-de-açúcar, por exemplo, até chegar no álcool, *né?* Trabalhar mais a realidade deles, de onde eles vivem, de onde a escola está localizada. Eu acredito que trabalhar fora de sala de aula é importante. Realizar atividades de campo, juntando conteúdo com a prática. (P1)

Sabendo da importância de educar além dos muros da escola, a professora defende a importância de aulas fora dos espaços não escolares. Ela cita como exemplo uma visita técnica a Usina que fica a alguns metros da escola (como vimos na figura 2), como isso iria enriquecer atividades e o interesse dos alunos nas aulas. Nesse aspecto, agregamos:

A Educação do Campo e no campo ocorre tanto em espaços escolares como fora deles. Envolve saberes, métodos, tempos e espaços físicos diferenciados. Portanto, não são apenas os saberes construídos na sala de aula, mas também aqueles construídos na produção, na família, na convivência social, na cultura, no lazer e nos movimentos sociais. A sala de aula é um espaço específico de sistematização, análise e de síntese das aprendizagens, se constituindo assim, num local de encontro das diferenças, pois, é nela que se produzem novas formas de ver, estar e se relacionar com o mundo. (ROCHA; PASSOS; CARVALHO, 2005, n.p.)

Os espaços fora da escola desenvolvem outros valores, outras ideias. Neles são criadas e recriadas outras visões, no caso dos alunos da escola da nossa pesquisa, além desses aspectos, outra contribuição é a construção de identidade, já que, por exemplo, numa visita técnica a Usina eles se sentirão em casa, se sentirão parte de um todo. Espaço de aprendizagem não é somente dentro de uma sala de aula, principalmente na educação do campo. Além de todo o exposto, destacamos outros aspectos durante a entrevista.

Durante a análise do PPP da escola não encontramos nenhum aspecto referente à proposta de atividades fora da escola. Isso indica a fragilidade no processo de materialização do currículo como um PPP. Muitas vezes o que se fala (currículo em ação) e mesmo o que se faz (currículo em ação) não está consistentemente articulado como um Projeto Pedagógico. Esse documento é na maioria das vezes tratado como algo formal e não como instrumento pedagógico. Essa é uma questão que merece mais reflexão e que não daremos conta aqui, mas fica a sinalização de que é importante compreender o currículo para além da sua formalidade.

#### 4.3 OUTROS ASPECTOS RELATIVOS À EDUCAÇÃO DO CAMPO

Finalizamos a entrevista questionando as professoras sobre o processo de formação continuada e mais especificamente sobre a contribuição da formação ofertada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mediante o PROBEX/2019. Consideramos isso importante porque esta foi uma das escolas envolvidas no Projeto com a participação direta da gestora da escola e de 2 professoras.

Lembrando que um dos critérios usados na escolha desta escola como campo de pesquisa para o TCC, foi o vínculo criado durante essa formação. A ação de extensão consistiu numa formação, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, envolvendo gestores e professores que atuam em escolas da Educação do Campo.

O objetivo geral da ação foi a contribuição para a construção e adequação dos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas do Campo, de forma coletiva e participativa, conforme bases teóricas-legais da Educação do Campo, tendo em vista a melhoria da qualidade da educação básica do e no Campo, bem como a promoção da interação entre a universidade e a escola básica.

Duas das três professoras (P1 e P2) entrevistadas participaram dessa formação junto com a gestora. Percebemos que diferente da professora P3, que não participou dessa formação, as outras duas conseguiram explicitar de forma mais clara e consistente sua concepção de Educação do Campo e a relação dessa com o currículo.

Questionadas sobre a contribuição da formação: Você acha que a formação lhe ajudou a entender a Educação do Campo”, eles responderam: P1 “Ajudou sim. A gente aprendeu muita coisa lá”. P2: “É, depois daquelas palestras, aquelas coisas que a gente aprendeu lá, é que a gente começou a entender isso do Campo. Começamos a pensar nessa temática de Educação do Campo”.

Percebemos a importância de uma formação adequada para os professores que atuam em escolas do campo. E em se tratando de formação, a Resolução CNE/CEB nº 2/2008 que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo afirma que:

Art. 7º A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infraestruturas adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. § 2º A admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades. (BRASIL, 2008, p. 55).

É indispensável uma formação que atenda as especificidades dos sujeitos do campo na escola, é valoroso que os professores tenham acesso a uma formação adequada, para que assim transcorra uma educação de qualidade do Campo e no Campo.

Um dos objetivos e metas presentes no PPP da escola é incentivar a participação dos professores do Ensino Fundamental em cursos de formação continuada e especialização, em parceria com outras instituições governamentais ou filantrópicas (p. 13).

Por fim, notamos a considerável formação das professoras e percebemos durante toda a entrevista que há diferença entre as respostas, porém mesmo com poucas palavras as duas que participaram da formação conseguiram responder todos os questionamentos sobre Educação do Campo e Currículo de uma escola do Campo, percebemos uma certa dificuldade da professora P3 em falar sobre tais temáticas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como os professores concebem Educação do Campo? Como essa compreensão se materializa no desenvolvimento e na formalização do currículo? No decorrer da nossa pesquisa ouvimos professoras e alguns aspectos nos chamaram atenção, entre eles a divergência entre as posições das entrevistadas sobre questões relacionada à concepção de Escola/Educação do Campo.

Evidenciamos a fala de duas das três professoras sobre a importância da Terra no contexto da Educação do Campo. Mesmo que elas não soubessem o conceito formal de Educação do Campo, as professoras caracterizaram a Educação do Campo e destacam termos como identidade, cultura, diversidade e outras questões. O que nos chama a atenção é que esse conceito ou fundamento teórico não aparece de forma clara e consistente na fala das professoras nem tampouco no Projeto Político Pedagógico da escola. No que pese alguma noção construída no Projeto de Extensão (curtíssima duração) que algumas professoras participaram.

Sobre a materialização da compreensão das especificidades da Educação do Campo no desenvolvimento e na formalização do currículo, constatamos que a mesma fragilidade e pouca consistência conceitual e teórica sobre a Concepção de Educação do Campo, presente nas falas das entrevistadas, se reproduz nas formas de materialização e formalização do currículo. Identificamos no Projeto Político Pedagógico da escola a ausência de atividades ou projetos didáticos que expressem temas centrais na construção de uma Educação do e no Campo, a exemplo da Identidade e cultura dos povos camponeses; a história local e os movimentos sociais do campo, dentre outros.

Nossa compreensão é de que a formação adequada e necessária a esse processo deve ser um investimento do poder público, aqui representado pela Secretaria Estadual de Educação, uma vez que identificamos a contribuição do projeto de formação (extensão da UFPB, em parceria com a SEE) para as professoras que dele participaram.

Uma das metas presentes no PPP da escola é o incentivo à participação dos professores em cursos de formação continuada e especialização. A escola sabe dessa importância e como ela é vantajosa para a escola. No entanto não avança no sentido de proporcionar esses mecanismos para que a própria escola com meios acessíveis construa esses espaços de formação.

Concluimos, portanto, que:

- A escola pesquisada demonstra busca e interesse em construir uma escola alicerçada nos princípios e fundamentos da Educação do Campo, mas necessita de uma formação consistente e continuada com foco nessa modalidade;



- Os princípios e fundamentos da Educação do Campo aparecem nas falas das entrevistadas e no PPP da Escola de forma muito frágil, pouco consistente e um tanto quanto intuitiva;
- A materialização desses princípios e fundamentos no currículo e PPP é igualmente frágil e incipiente. O que implica em investimento na formação continuada de professores e gestores como uma política pública contínua;

Por fim ressaltamos que a Educação do Campo é ainda uma construção. E nos sistemas públicos de ensino esta construção está num estágio ainda muito inicial, o que requer um esforço conjunto e articulado da sociedade civil e sobretudo das instituições de ensino no fortalecimento de uma proposta que vai na contramão da política nacional atualmente implementada no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. BNCC – **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 21 de jan de 2020.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Brasília: Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 20 de jan de 2020.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e Bases da Educação. 9.394/96**. Brasília: Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 21 de jan de 2020.
- BRASIL. PRONERA – **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>>. Acesso em: 21 de jan de 2020.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao-ceb-2002>>. Acesso em: 21 de jan de 2020.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias112877938/orgaos-vinculados-82187207/12759-resolucoes-ceb-2008>>. Acesso em 21 de jan de 2020.
- CORDEIRO, Edna Maria; DE SOUSA, Claudineia Ribeiro; ROCHA, Jovina Benicio Coelho. A construção do projeto político-pedagógico da escola. **GESTÃO ESCOLAR**, p. 59, 2009.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Org.). Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional —**Por Uma Educação do Campo**, 2004. p. 53-91. (Por Uma Educação do Campo, 5).
- FERNANDES, Preciosa; FIGUEIREDO, Carla. Contextualização curricular—subsídios para novas significações. **Interacções** v. 8, n. 22, 2012. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/1540>>. Acesso em: 22 de jan de 2020.
- FREITAS, LC de. **BNCC: uma base para o gerencialismo-populista**. 2017. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2017/04/07/bncc-uma-base-para-o-gerencialismo-populista/>>. Acesso: 29 de mar de 2020.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo. Editora Atlas SA, 2008.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, p. 20-29, 1995.

KRAMER, Sonia. In org. MOREIRA, Flávio Barbosa. **Currículo: políticas e práticas**. Ed 13. Campinas, São Paulo: Papirus, 2013.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista E-curriculum**, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, 2014.

MENEZES, Ana Célia Silva. **Educação do campo no semiárido: o currículo na perspectiva da contextualização e da organização social**. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MENEZES, Ana Célia Silva; ARAUJO, Lucineide Martins. Currículo, contextualização e complexidade: espaço de interlocução de diferentes saberes. **Currículo, contextualização e complexidade: Elementos para se pensar a escola no Semi-Árido**. Juazeiro-BA: Selo Editorial da RESAB, p. 33-46, 2007.

MOLINA, Monica. Educação do Campo. In: org. CALDART, Roseli Salete. **Dicionário da Educação do Campo**. Ed., 2. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão popular, 2012.

MOREIRA, Antônio Flávio; DA SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

RIBEIRO, Marlene. TERRA, TRABALHO, EDUCAÇÃO: relações que projetam desafios à educação do campo. **Educação em Perspectiva**, v. 6, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6773>>. Acesso em: 22 de jan de 2020.

ROCHA, Eliene Novaes; PASSOS, Joana Célia dos; CARVALHO, Raquel Alves de. Educação do Campo: Um olhar panorâmico. Mídia Educação para a diversidade, Brasília: **Ministério da Educação**, 2005. Disponível em: <[http://www.cei.santacruz.g12.br/~projetoterra/docs/educacao\\_do\\_campo.pdf](http://www.cei.santacruz.g12.br/~projetoterra/docs/educacao_do_campo.pdf)>. Acesso em: 21 de jan de 2020.

ROLDÃO, Maria do Céu; ALMEIDA, Sílvia. Gestão curricular. **Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação, Direção-Geral da Educação**, 2018.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; NADER, Alexandre Antônio Gilli; DIAS, Adelaide Alves. **Subsídios para a elaboração das diretrizes gerais da educação em direitos humanos**. Versão preliminar. João Pessoa: Editora Universitária, p. 4, 2007.

SOUZA, E. José de. ANDRADE, E. Ferreira, LIMA, Glaci A. Mendes. Limites e possibilidades: um olhar sobre o projeto político pedagógico na perspectiva da Educação do Campo. In org. MACHADO, Carmem L. Bezerra, CAMPOS, Christiane S. Soares. PALUDO, Conceição. **Teoria e prática da Educação do Campo**. Brasília, 2008.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento, Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Liertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, p.11-35. 1998.

## **APÊNDICE A — ROTEIRO PARA A ENTREVISTA**

### **I CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS.**

1. Idade
2. Sexo
3. Nível de escolaridade
4. Curso de Graduação
5. A quanto tempo exerce a profissão de professor/a?
6. A quanto tempo trabalha na escola

### **II SOBRE A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**

- 1) O que é uma educação do campo? Que elementos a caracterizam?
- 2) Você pensa que o currículo da educação do campo precisa ser diferenciado? Por que?
- 3) O que uma escola do campo deve ensinar?
- 4) Que outros aspectos além do conteúdo você considera que seria importante no processo de ensino –aprendizagem no contexto do campo?
- 5) Na sua escola tem algo que considera específico de uma escola do campo? Justifique.

## **ANEXO A — PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**Projeto Político Pedagógico**

**(FRAGMENTOS)**

**(PPP) 2019 – 2021**

**ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL**

**ODILON RIBEIRO COUTINHO**



**ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ODILON RIBEIRO  
COUTINHO**

**ENDEREÇO:** Engenho Central, S/N, Usina São João, Santa Rita, PB.

**CEP:** 58302-195

**EMAIL:** escolaorc@gmail.com

### **APRESENTAÇÃO**

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Odilon Ribeiro Coutinho, apresenta o presente Projeto Político Pedagógico – PPP, que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola de uma forma sistematizada, consciente e participativa. A intenção é desenvolvê-lo e ir renovando-o em caso da necessidade de mudanças ou melhorias.

Ao elaborar este documento, a escola busca destacar a função principal dessa entidade pública, que é promover a qualidade do ensino por meio da garantia dos direitos do cidadão em prol do sucesso educacional das crianças, adolescentes e jovens assistidos, preservando o bem-estar físico e mental; estimulando seus aspectos cognitivo, emocional e social.

O PPP constitui-se em uma construção coletiva da identidade da nossa escola que se fundamenta nos aspectos sociais, culturais, nos valores éticos e cidadãos, faz uma reflexão crítica sobre os problemas da educação. O projeto vem alicerçar o trabalho pedagógico escolar enquanto processo de construção contínua, portanto, é uma proposta flexível, a ser permanentemente revisada, atualizada e concretizada nos projetos educacionais, planejados periodicamente. Nele estão contidas às tendências pedagógicas utilizadas na educação partindo da criança, o jovem e o adulto. As metas aqui propostas efetivar-se-ão em parceria com toda a comunidade escolar e com o real comprometimento de todos os profissionais que a elaboraram.

Fundamenta-se na construção de um conhecimento que não é pronto e acabado, mas que está em permanente avaliação e reformulação, de acordo com os avanços dos principais paradigmas educacionais da atualidade ou outras alterações que se fizerem necessárias.

Não deseja ser, portanto um manual de ação pedagógica, mas um caminho aberto para ser enriquecido pela dinâmica da prática, tanto nos aspectos estruturais, como nos conteúdos e metodologia educacionais praticados.

Preocupados com a qualidade do ensino oferecida na escola, buscamos oferecer momentos de estudos e reflexão coletiva como subsídio a prática dos educadores, no intuito de fundamentá-los metodológica e teoricamente para que efetivamente ponha em prática a sua responsabilidade de educar e formar cidadãos.

Pretendemos que o PPP, portanto, seja o impulsor e condutor do bom desempenho de todos que participam e fazem a escola, alunos, pais, educadores, corpo técnico administrativo e de apoio, parceiros e comunidade do entorno no alcance das metas e objetivos que a Escola Estadual de Ensino Fundamental Odilon Ribeiro Coutinho se propõe a concretizar durante a sua trajetória.

## **JUSTIFICATIVA**

Considerando que a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) é peça fundamental no planejamento das instituições de ensino em seus vários níveis e modalidades. A Escola Estadual de Ensino Fundamental Odilon Ribeiro Coutinho, demonstrará o que idealiza, quais suas metas e objetivos e quais os possíveis caminhos para atingi-los, procurando trabalhar didaticamente para um desenvolvimento sustentável solidário com referência numa sociedade

heterogênea e diversa de relação com a terra, com as águas, com as florestas, da policultura, do trabalho familiar. Vivemos numa sociedade cada vez mais mercantilista, onde as pessoas querem almejar o imediato, esquecendo-se dos valores de nossa cultura como por exemplo, banalizando respeito ao próximo e aos direitos humanos dos indivíduos, e, onde folclorizam a cultura camponesa de forma estereotipadas, fantasiadas de pobreza e ignorância, e sempre sob relações de subalternidade sem nunca evidenciar a “boniteza” (FREIRE) desse povo, sempre encortinados pela ideologia dominante. Nesse sentido a escola vem trabalhando para que o respeito e o cuidado que temos seja mais valorizado. Com isso, passamos a compreender que o PPP é um material a ser colocado em prática.

A interação família/ escola é necessária para que ambos conheçam as suas realidades, limitações, e, busquem caminhos que permitam facilitar o elo entre si para o sucesso educacional filho/aluno.

Sabe-se que um dos principais problemas enfrentados na atualidade, em nossa sociedade, é a ruptura da interação escola- família, ou seja, ausência dos pais no processo de ensino – aprendizagem de seus filhos, deixando total responsabilidades para a escola. Diga-se que a proposta de trabalho na escola ensino – aprendizagem, busca aprimoramento para entregar uma educação de qualidade para nossos alunos.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

### Caracterização da comunidade

A nossa comunidade encontra-se em uma área de zona rural contendo sérios problemas relativos a infra - estrutura, lazer, segurança, assistência médica, transporte e limpeza pública. A comunidade está inserida e é constituída por famílias pouco favorecidas oriundas de operários da Companhia Usina São João, que sobrevivem geralmente com um ou, menos de um salário mínimo.

Portanto, o perfil sócio econômico das famílias atendidas, pela nossa escola, compõe-se na sua maioria de pessoas de nível social, econômico e cultural baixos. Os pais de nossos alunos são em grande parte trabalhadores cortadores de cana. Desse modo, percebe-se que há pais, analfabetos emocionais e descompromissados que deixam a total responsabilidade do ensino-aprendizagem para a escola suscitando ruptura no desenvolvimento da identidade do indivíduo valores como: ética e cidadania são excluídos, mal interpretados ou confusos para a criança, pois há um ensino doméstico e outro intelectual que divergem entre si.

Neste aspecto, compreendemos a necessidade de trabalharmos dentro de uma concepção filosófica onde a escola seja um ambiente acolhedor, solidário, eficiente no seu papel social e

promova uma coesão entre família-escola, pais-filhos e família-sociedade, pois é assim que se forma o cidadão e se ensina a cidadania, consequentemente a criança torna-se capaz de resolver seus problemas e se transforma em um ser consciente de seus direitos e deveres no lugar onde ocupa, agindo sempre com integridade e retidão.

#### Caracterização da Unidade Escola

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Odilon Ribeiro Coutinho, fica localizada na área rural da cidade de Santa Rita a aproximadamente 05km do centro da cidade. É uma escola de estrutura antiga e com isso temos muitos problemas de infra-estruturas da escola. Começou a funcionar em meados da década de 60 onde era gerenciada pela empresa Companhia Usina São João (por seus proprietários). Precisamente a 10 anos é gerenciada pela rede estadual de ensino SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, no qual usa o nome citado. A Companhia Usina São João mantém uma parceria com a escola, fornecendo mão de obra para pequenos reparos a exemplo de pintura, consertos elétricos, vigilância da área onde é localizada.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Odilon Ribeiro Coutinho atende as modalidades da Educação Básica: Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II, a organização curricular para os cursos de Ensino Fundamental está estruturada em séries anuais e os conteúdos são distribuídos por disciplinas, seus turnos de funcionamento são: matutino e vespertino.

Atualmente a escola atende em média 86 alunos nas seguintes modalidades: Ensino Fundamental I e II, que estão distribuídos em 08 turmas da seguinte forma: 04 turmas de Ensino Fundamental I no período matutino, 04 turmas de Ensino Fundamental II no período vespertino. O corpo de trabalho da escola é formado por funcionários concursados, contratados e temporários.

A E.E.F. Odilon Ribeiro Coutinho vem sendo administrada desde fevereiro de 2019 até os dias atuais, pela gestora Alexsandra Santos de Lima, o qual vem realizando um trabalho em conjunto com sua equipe escolar voltado para um foco: processo de ensino- aprendizagem buscando uma gestão de resultados satisfatórios, subsidiando e oferecendo uma educação de melhor qualidade para as crianças e jovens desta comunidade rural.

Construir um trabalho coletivo, articulado e com posições diversificadas é uma tarefa desafiadora, que exige, portanto: empenho, paciência, persistência e crença naquilo que queremos alcançar: o desenvolvimento pleno dos alunos, já que se trata, em muitos casos, de



alunos com dificuldades sociais, econômicas e familiares o que torna ainda maior a responsabilidade desta unidade escolar em atender as necessidades de um grupo tão diversificado.

### Corpo Discente

Nossos alunos são oriundos de famílias de baixa renda e a grande maioria participa dos Programas Assistenciais do Governo Federal como o Programa Bolsa Família entre outros.

### Corpo Docente

A escola conta hoje com onze professores em sala de aula, e uma Articuladora para o SOMA. São qualificados e participativos, apresentando espírito de equipe trabalhando com base na realidade do aluno, com o objetivo de torná-los capaz de desenvolver suas potencialidades, contribuindo como sujeito no mundo que o cerca.

## **BASE LEGAL E TEÓRICA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

### Sociedade e Educação do Campo

A Educação do Campo é uma modalidade que ocorre em espaços denominados rurais e que, precisa considerar a diversidade de cada contexto, contemplando as características do local, assim como os saberes ali presentes. Como explica a professora Maria Isabel Antunes Rocha, coordenadora do Campo da Faculdade de Educação (Universidade Federal de Minas Gerais):” A Educação do Campo é um movimento e está em movimento. Sua força motriz é a luta pela superação das desigualdades econômicas políticas, sociais e culturais que as populações camponesas vivenciam.”

A Educação do Campo fundamenta-se em uma proposta na qual os sujeitos do campo sejam emancipados humanamente.

Baseando – se na LDB, Nº9394/96, que determina no seu artigo 1º. A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A Educação do Campo é defendida pelos movimentos sociais, porque se predomina um conjunto de ausências além da precariedade na infraestrutura e questões recentes de fechamentos.

Sendo assim, os desafios pela frente é articular com um projeto de campo e sociedade. Como nos diz o educador Paulo Freire: ” A educação sozinha não transforma uma sociedade, mas sem ela não conseguimos fazer as mudanças necessárias.

### Escola do Campo

O PPP baseia-se na política educacional vigente, preconizada pela Lei 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação que estabelece em seu art. 12, inciso I, que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica, no artigo 13 inciso I define as incumbências docentes na elaboração do projeto pedagógico, e no art. 14 inciso I a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, baseia-se ainda na Constituição Brasileira, no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e no Regimento das Escolas Públicas Estaduais.

Segundo o Decreto Nº7.352, Escola do Campo é aquela situada em área rural conforme definido pelo (IBGE) ou em área urbana, desde que atenda predominantemente a população do campo. A política de Educação do Campo destina-se a ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior as populações do meio rural, e é desenvolvida pela União em regime de colaboração com os estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação; como afirma a resolução CNE/CEB Nº01/2002:

Art.1º A presente Resolução institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino.

Art.2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Tendo como princípios básicos das Escolas do Campo:

- \_educação enraizada na democratização do acesso à terra, no desenvolvimento sustentável;
- \_fortalecimento da agroecologia, da economia solidária;
- \_respeito a diversidade do campo/história, vida, Cultura, organização e trabalho, etc.;

\_pensada com a participação de camponeses (as);  
 \_estreita interação com a realidade da vida do campo – cultura, trabalho, jeito de viver, de conviver no campo.

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciências e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

#### Concepção de Ensino – aprendizagem

A perspectiva de ensino da Escola E. E.F. Odilon Ribeiro Coutinho coerente com as concepções de mundo e de ser humano é conscientizar o aluno, levando-os a entender sua situação de oprimido e agir em favor da própria libertação.

Sendo de uma postura sócio - interacionista da construção do conhecimento, acreditamos que o ser humano é dotado de uma consciência reflexiva, permitindo - se construir seu conceito de realidade e altera – lá.

Lembrando que o ser humano não é um ser passivo que apenas vê e ouve a realidade e a registra. A perspectiva da educação do campo é exatamente, de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeito da direção de seu destino. (CALDART,p.13, 2014).

O processo de ensino e aprendizagem é concebido para formar sujeito autônomos, participantes de um mundo que está em constante mudanças, exigindo, sempre posicionamento e reflexão de quem nele atua. Acreditamos que o ensino, deve contribuir para que o aluno construa competências e habilidades a partir dos conhecimentos de diferentes ciências, das atividades e valores, necessários para realizar o seu projeto de vida. Procurando fundamentar a identidade da escola do campo e fortalecer a expressão e o conceito de Educação do Campo, enquanto reação do processo de exclusão social a que foi submetido o povo da área rural no seu direito de ter acesso à educação.

## **OBJETIVOS E METAS DA EDUCAÇÃO**

### Objetivo Geral

Oferecer uma Educação de qualidade, pautada nos princípios de uma democracia participativa, comunitária e ambiental, tornando-se um espaço cultural de socialização e desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício de sua plena cidadania.

### Objetivos Específicos

- Analisar junto a equipe escolar os problemas que impedem a melhoria no processo ensino – aprendizagem;
- Refletir com os educadores sobre a importância e necessidade de anualmente revisar a proposta pedagógica voltada para as necessidades do nosso alunado;
- Fortalecer meios alternativos para minimizar as dificuldades pedagógicas dos alunos;
- Proporcionar oportunidades aos alunos para que sejam capazes de usar sua linguagem falada e escrita expressando sentimentos e ideias;
- Promover atividades extraclasse, palestras e oficinas usando novas estratégias, com matérias alternativos, estimulando os alunos a desenvolverem consciência de cidadania, direitos humanos, sustentabilidade e responsabilidade social;
- Trabalhar com oficinas que viabilizem um convívio mais harmonioso entre família – escola;
- Sensibilizar os pais a ter um envolvimento e compromisso com o ensino – aprendizagem de seu filho;
- Orientar os pais sobre a importância da alimentação saudável e seus efeitos no desenvolvimento psíquico – intelectual dos filhos;
- Incentivar a participação dos professores do Ensino Fundamental em cursos de formação continuada e especialização, em parceria com outras instituições governamentais ou filantrópicas;
- Promover oportunidades para trabalhar os temas transversais como:
  - \*Propiciar de formas objetivas ações relativas a saúde;
  - \*Orientar a comunidade escolar no que diz respeito a violência doméstica;
- Reconhecer e compreender a importância dos laços afetivos para o bom convívio e bem-estar social no seio familiar;
- Levar os responsáveis a se comprometer, participar e colaborar com os trabalhos realizados pela escola;

- Maximizar o desempenho escolar com projetos que ofereçam atividades lúdicas, recreativas, esportivas, de sustentabilidade, dança e vivencialmente da cultura local e regional, para os alunos e comunidade, respectivamente;

#### Metas

- Conquistar melhores médias nacionais para o índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- Sensibilizar gestor, coordenador, docentes e técnicos administrativos para estabelecer parcerias e ações de cooperação com os alunos da instituição;
- Identificar e analisar a estrutura e o funcionamento adequado da instituição;
- Elaborar e aplicar planos para instigar a leitura defasada do nosso alunado;
- Fomentar de forma lúdica o ensino das disciplinas trabalhadas, promovendo a atuação dos discentes nas provas, como por exemplo a OBIMEC e da Língua Portuguesa;
- Alfabetizar e Letrear todas as crianças da escola no máximo até o final do 3º ANO;